

KARLA GABRIEL PEREIRA

**ESCOLA AVALIA OU VERIFICA
SEUS ALUNOS?**

RIO DE JANEIRO

2005

KARLA GABRIEL PEREIRA

A ESCOLA AVALIA OU VERIFICA SEUS ALUNOS?

Monografia apresentada ao curso
de Pedagogia do Centro de Ciências
Humanas da Unirio, como re-
quisito para obtenção do grau de
licenciatura.

RIO DE JANEIRO

2005

UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
CURSO DE PEDAGOGIA
TURMA: 20011351047
KARLA GABRIEL PEREIRA

A ESCOLA AVALIA OU VERIFICA SEUS ALUNOS?

Trabalho apresentado à Disciplina
Monografia II, como requisito de
avaliação orientado pela profes-
sora Claudia Fernandes.

RIO DE JANEIRO
2005

KARLA GABRIEL PEREIRA

A ESCOLA AVALIA OU VERIFICA SEUS ALUNOS?

Avaliado por:

Profa. Lígia Martha
(UNIRIO)

Data: ___ / ___ / ___

RIO DE JANEIRO

2005

DEDICATÓRIA
AGRADEÇO Á DEUS, MEUS PAIS
E MEU NAMORADO PELA FORÇA
E PELO AMOR.

AGRADECIMENTOS

A MINHA ORIENTADORA CLAUDIA
AOS PROFESSORES QUE RESPON-
DERAM AOS QUESTIONÁRIOS.

EPIGRAFE

“(...) CONCEBER E NOMEAR O ‘FAZER TESTES’, ‘O DAR NOTAS’, POR AVALIAÇÃO É UMA ATITUDE SIMPLISTA E INGÊNUA! SIGNIFICA REDUZIR O PROCESSO AVALIATIVO, DE ACOMPANHAMENTO E AÇÃO COM BASE NA REFLEXÃO, A PARCOS INSTRUMENTOS AUXILIARES DESSE PROCESSO , COMO SE NOMEÁSSEMOS POR BISTURI UM PROCEDIMENTO CIRÚRGICO”. (Hoffmann, 2000)

RESUMO

A avaliação é parte integrante do processo ensino/aprendizagem e ganhou na atualidade espaço muito amplo nos processos de ensino. Requer preparo técnico e grande capacidade de observação dos profissionais envolvidos. A avaliação da aprendizagem, no novo paradigma, é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos. Na avaliação da aprendizagem, o professor não deve permitir que os resultados das provas periódicas, geralmente de caráter classificatório, sejam supervalorizados em detrimento de suas observações diárias, de caráter diagnóstico. O professor, que trabalha numa dinâmica interativa, tem noção, ao longo de todo o ano, da participação e produtividade de cada aluno. É preciso deixar claro que a prova, tal como é utilizada, é somente uma formalidade do sistema escolar. Como, em geral, a avaliação formal é datada e obrigatória, deve-se ter inúmeros cuidados em sua elaboração e aplicação.

Palavras chaves: avaliação, provas, dinâmica interativa

SUMÁRIO

Introdução -----	9
Capítulo 1- Origem da avaliação -----	10
Capítulo 2 – Funções do processo avaliativo -----	12
Capítulo 3- A avaliação segundo as LDBs -----	14
Capítulo 4 – A avaliação escolar como violência na sala de aula -----	16
Capítulo 5 – Como entender o erro?-----	19
Capítulo 6 – A escola avalia ou verifica seus alunos? -----	21
Conclusão -----	25
BIBLIOGRAFIA -----	27
ANEXOS -----	28

INTRODUÇÃO

Sabe-se que atualmente, a avaliação tem sido bastante discutida nos âmbitos educacionais, a partir do momento em que se passa a ser entendida como um mecanismo que orienta e acompanha o processo educativo. Dessa forma, torna-se inevitável a reflexão sobre a ação que o educador deve ter frente o ato avaliativo.

A partir desta compreensão, escolheu-se o tema: A escola avalia ou verifica seus alunos? A opção deve-se por sabermos da importância e da necessidade de avaliar corretamente nas séries iniciais nos dias de hoje e para questionarmos o verdadeiro significado da avaliação, mostrando que a mesma deve ser um processo contínuo a fim de auxiliar no desenvolvimento cognitivo do aluno e não apenas o classificar.

Este presente estudo, tem por objetivo geral, analisar a percepção e o entendimento dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental acerca do sistema de avaliação da escola em que trabalham e como é a sua aplicação.

A pesquisa realizou-se em duas escolas, Santa Exatinação e Santa Verificação¹, ambas particulares, atendem da Educação infantil à 8ª série, religiosas e localizadas no município de Duque de Caxias. Escolheu-se uma amostra simples e intencional onde selecionou-se um total de 4 (quatro) professores das escolas citadas. Usou-se como instrumento para análise questionários com perguntas abertas e observações feitas durante as aulas. Para a elaboração do referencial teórico, buscou-se subsídios principalmente nas idéias e princípios de Carlos Luckesi e Jussara Hoffmann, onde ambos acham que a avaliação não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação. É um ato subsidiário do processo de construção de resultados satisfatórios, que necessita um olhar reflexivo, consciente e sensível do educador.

¹ Os nomes das escolas são fictícios.

1 . ORIGEM DA AVALIAÇÃO

Avaliar vem do latim a + valere, que significa atribuir valor e mérito ao objeto em estudo. Portanto, avaliar é atribuir um juízo de valor sobre a propriedade de um processo para a aferição da qualidade do seu resultado. Porém, a compreensão do processo de avaliação do processo ensino/aprendizagem tem sido pautada pela lógica da mensuração, isto é, associa-se o ato de avaliar ao de “medir” os conhecimentos adquiridos pelos alunos.

A avaliação tem sido estudada desde o início do século XX, porém, segundo Caro (apud Goldberg & Souza 1982), desde 1897 existem registros dos relatos de J. M. Rice sobre uma pesquisa avaliativa utilizada para estabelecer a relação entre o tempo de treinamento e o rendimento em ortografia, revelando que uma grande ênfase em exercícios não levava necessariamente a um melhor rendimento. As duas primeiras décadas deste século, de acordo com Borba & Ferri (1997), foram marcadas pelo desenvolvimento de testes padronizados para medir as habilidades e aptidões dos alunos e influenciados, principalmente nos Estados Unidos, pelos estudos de Robert Thorndike.

Nessa época, as pesquisas avaliativas voltavam-se particularmente para a mensuração de mudanças do comportamento humano. Caro (apud Goldberg & Souza 1982) aponta várias destas pesquisas realizadas nos anos 20 para medir efeitos de programas de diversas áreas sobre o comportamento das pessoas. Eram realizados experimentos relativos à produtividade e à moral dos operários, à eficácia de programas de saúde pública, à influência de programas experimentais universitários sobre a personalidade e atitudes dos alunos, etc.

A avaliação da aprendizagem tem seus princípios e características no campo da Psicologia, sendo que as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo desenvolvimento de testes padronizados para medir as habilidades e aptidões dos alunos.

A avaliação é uma operação descritiva e informativa nos meios que emprega, formativa na intenção que lhe preside e independente face à classificação. De âmbito mais vasto e conteúdo mais rico, a avaliação constitui uma operação indispensável em qualquer sistema escolar.

Havendo sempre, no processo de ensino/aprendizagem, um caminho a seguir entre um ponto de partida e um ponto de chegada, naturalmente que é necessário avaliar se o trajeto está a decorrer em direção à meta, se alguns alunos pararam por não saber o caminho ou por terem enveredado por um desvio errado.

É essa informação, sobre o progresso de grupos e de cada um dos seus membros, que a avaliação tenta recolher e que é necessária a professores e alunos.

A avaliação descreve que conhecimentos, atitudes ou aptidões que os alunos construíram, ou seja, que objetivos do ensino já atingiram num determinado ponto de percurso e que dificuldades estão a revelar relativamente a outros.

Esta informação é necessária ao professor para procurar meios e estratégias que possam ajudar os alunos a resolver essas dificuldades e é necessária aos alunos para se aperceberem delas (não podem os alunos identificar claramente as suas próprias dificuldades num campo que desconhecem) e tentarem ultrapassá-las com a ajuda do professor e com o próprio esforço. Por isso, a avaliação tem uma intenção formativa.

A avaliação proporciona também o apoio a um processo a decorrer, contribuindo para a obtenção de produtos ou resultados de aprendizagem.

As avaliações a que o professor procede apresentam em três grandes funcionalidades: avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

2 – FUNÇÕES DO PROCESSO AVALIATIVO

2.1 – Função diagnóstica - A primeira abordagem, de acordo com Miras e Solé (1996, p. 381), contemplada pela avaliação diagnóstica (ou inicial), é a que proporciona informações acerca das capacidades do aluno antes de iniciar um processo de ensino/aprendizagem, ou ainda, segundo Bloom, Hastings e Madaus (1975), busca a determinação da presença ou ausência de habilidades e pré-requisitos, bem como a identificação das causas de repetidas dificuldades na aprendizagem.

A avaliação diagnóstica pretende averiguar a posição do aluno face a novas aprendizagens que lhe vão ser propostas e a aprendizagens anteriores que servem de base àquelas, no sentido de evidenciar as dificuldades futuras e, em certos casos, de resolver situações presentes.

2.2 – Função formativa - A segunda função é a avaliação formativa que, conforme Haydt (1995, p. 17), permite constatar se os alunos estão, de fato, atingindo os objetivos pretendidos, verificando a compatibilidade entre tais objetivos e os resultados efetivamente alcançados durante o desenvolvimento das atividades propostas. Representa o principal meio através do qual o estudante passa a conhecer seus erros e acertos, assim, maior estímulo para um estudo sistemático dos conteúdos. Outro aspecto destacado pela autora é o da orientação fornecida por este tipo de avaliação, tanto ao estudo do aluno como ao trabalho do professor, principalmente através de mecanismos de *feedback*. Estes mecanismos permitem que o professor detecte e identifique deficiências na forma de ensinar, possibilitando reformulações no seu trabalho didático, visando aperfeiçoá-lo. Para Bloom, Hastings e Madaus (1975), a

avaliação formativa visa informar o professor e o aluno sobre o rendimento da aprendizagem no decorrer das atividades escolares e a localização das deficiências na organização do ensino para possibilitar correção e recuperação.

A avaliação formativa pretende determinar a posição do aluno ao longo de uma unidade de ensino, no sentido de identificar dificuldades e de lhes dar solução.

Para Perrenoud (1993), irem direção à avaliação formativa, será necessário mudanças nas práticas de avaliação que está acompanhada por uma transformação do ensino, da gestão da aula, do cuidado com o aluno em dificuldade, já que a avaliação ajuda o aluno a aprender e o professor a ensinar.

Para que haja essas mudanças será necessário mudar a escola, já que a avaliação está no centro do sistema didático e do sistema de ensino.

2.3 – Função somativa – A função somativa tem como objetivo, segundo Miras e Solé (1996, p. 378) determinar o grau de domínio do aluno em uma área de aprendizagem, o que permite outorgar uma qualificação que, por sua vez, pode ser utilizada como um sinal de credibilidade da aprendizagem realizada. Pode ser chamada também de função creditativa. Também tem o propósito de classificar os alunos ao final de um período de aprendizagem, de acordo com os níveis de aproveitamento.

A avaliação somativa pretende ajuizar do progresso realizado pelo aluno no final de uma unidade de aprendizagem, no sentido de aferir resultados já colhidos por avaliações do tipo formativa e obter indicadores que permitem aperfeiçoar o processo de ensino. Corresponde a um balanço final, a uma visão de conjunto relativamente a um todo sobre o qual, até aí, só haviam sido feitos juízos parcelares.

3-A AVALIAÇÃO SEGUNDO AS LDBs

Lei 4.024

Art. 14 – A avaliação é tida como a posse do conhecimento, com obrigatoriedade de provas para a verificação do resultado advindo dessa obrigatoriedade, apenas para classificação, sem uma preocupação mais aprofundada quanto a recuperação, ficando ela, a grosso modo, a cargo do aluno e dos familiares, cabendo assim à escola, somente a verificação dos conhecimentos, inclusive com o uso sistemático de segunda época.

Lei 5.692/71

Art. 11 – O ano e o semestre letivos, independentemente do ano civil, do ano calendário, terão obrigatoriamente, no mínimo, 180 a 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluindo-se dessa contagem o tempo reservado às provas finais, caso sejam adotadas.

A lei de 1971 trazia em seu texto, a nítida preocupação com os aspectos de reprovação, aprovação. Trazia especificações detalhadas quanto a esses aspectos e em comparação com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional contrasta no sentido da promoção dos alunos. Para Fernandes, Franco e Bonamino (1999, p. 172), “neste aspecto, a atual legislação difere bastante das anteriores e da cultura prevalente, que considera a organização em séries como a regra e arranjos diferenciados como exceção à regra. O contraste é enfatizado pela noção de que são aceitáveis todas as formas de organização que estejam a serviço do interesse do processo de aprendizagem. Em especial, deve ser observado

que a lei faz menção à organização por ciclo e por idade, possibilidades de estruturação da educação básica que enfatizam a importância da avaliação continuada”.

Lei 9.394/96

Segundo Fernandes, Franco e Bonamino (1999, p. 168), “a importância dada à avaliação pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 - é inédita, a ponto de ser apresentada por Cury (1999:76) como um dos eixos centrais da atual LDB, que “vai da negação de um sistema nacional de educação à afirmação de um sistema nacional de avaliação”.

Do ponto de vista da escola, a avaliação da aprendizagem dos alunos, frente a nova LDB significa apropriar-se do saber. Surge um novo olhar sobre a avaliação, qual seja, uma mudança do eixo do ensinar para o do aprender. A avaliação hoje é tida com o sentido de acompanhamento e verificação de como está o aluno naquele momento, com a idéia de vir a ser, visto que o diagnóstico do desempenho do aluno traz ao professor uma visão clara e objetiva de como este aluno está, quanto ao atingimento ou não dos objetivos, para que possa, imediatamente tomar as providências que se façam necessárias, no sentido de imediatamente recuperar as carências que porventura se apresentem, quanto ao objetivo planejado. A avaliação não é coletiva, é individual e ainda, deve ser calcada nos objetivos e não em notas.

4- A AVALIAÇÃO ESCOLAR COMO VIOLÊNCIA NA SALA DE AULA

Para Luckesi (2003), o Sistema Educacional Brasileiro se norteia através de uma prática de avaliação direcionada à pedagogia do exame. Ou seja, devido ao fato de estar a serviço do poder econômico vigente (capitalismo), o seu principal interesse está apenas nos percentuais de aprovação e reprovação do total de alunos matriculados em uma determinada instituição de ensino, seja público ou privado. A esse desejo juntam-se os pais, os mestres, a sociedade e os próprios alunos.

Os alunos não estudam para aprender e sim, tão-somente para participar do "exame" que irá avaliar suas capacidades de "decorar" ou, quem sabe "colar"; isso pouco importa, o importante mesmo é a promoção de série.

Por outro lado, o professor aproveita as famosas "provas" para se fazer respeitado e temido. Quanto mais difícil e enrolada ela for, melhor será a "vingança" do professor sobre aquele aluno problema. O medo está predominante numa classe em "prova". Nesse momento, não há compromisso com a assimilação do conhecimento através da matéria dada, há sim, a preocupação com a nota, se constituindo em uma verdadeira violência. Os professores elaboram suas provas para "provar" os alunos e não para auxiliá-los na sua aprendizagem e conseqüentemente os alunos irão se dedicar aos estudos não porque os conteúdos sejam importantes, significativos e prazerosos de serem aprendidos, mas sim porque estão ameaçados por uma prova.

Para Hoffman (2003), as notas e provas funcionam como redes de segurança em termos do controle exercido pelos professores sobre seus alunos, das escolas e dos pais sobre os professores, do sistema sobre suas escolas.

No cotidiano escolar, é a feição simbólica da violência que surge com maior frequência. Exemplos há aos borbotões: quando impedimos a participação equitativa de todas as crianças e jovens no dia-a-dia escolar, estamos sendo violentos; se desconfiamos de suas potencialidades, recusando-nos a oferecer o que lhes é de direito, estamos sendo violentos; quando aligeiramos os conteúdos por não crer que eles farão diferença na vida daquelas pessoas, estamos sendo violentos; ao colocar em risco sua auto-estima com um diagnóstico malicioso, estamos sendo violentos (AQUINO, 2002, P.22).

A violência muitas vezes está dentro de nós e não a percebemos. A escola é violenta quando deseja apenas ver os resultados através de "boas" notas ou as notas azuis. O sistema avalia a qualidade do ensino pelas notas, ou seja, notas boas são sinônimos de melhoria na qualidade de ensino, não importa como estas foram obtidas.

A pedagogia do exame é um mecanismo de avaliação que serve entre outros, para demonstrar o autoritarismo do professor na classe. O professor imagina que com uma "prova bem difícil" os alunos passarão a se interessar mais pelas suas aulas e conseqüentemente ficarão mais disciplinados, por medo da reprovação. Além do mais, ainda tem àquela nota vermelha que os deixa se achando um "zero à esquerda".

A avaliação, nesse contexto, se transforma num processo classificatório, no qual quem consegue tirar as melhores notas (azuis) ou melhores conceitos são considerados os mais inteligentes, enquanto que aqueles que não conseguem acompanhar o ritmo e só tiram notas vermelhas são estigmatizados e apontados como os que não estão interessados em estudar. A culpa pelo fracasso sempre é do aluno que não liga para o estudo, segundo as palavras do professor, mas quando se pergunta ao aluno quanto ao seu comportamento, este também repete a opinião de seu mestre, achando que ele não é muito interessado mesmo, portanto não se considera um bom aluno.

Ainda com referência à violência da escola, Luckesi (2003) lembra que os castigos escolares mudaram de perfil, pois antes estes eram tão cruéis quanto hoje, porém eram transparentes. Entretanto, na atual conjuntura, estes castigos se encontram tão presentes quanto no passado, porém mais sutis.

A violência que antes era mostrada através de palmatória, ficar de joelhos no milho ou o famoso chapéu de orelha de burro, se transformou em ameaças, em medo, não se bate mais abertamente, mas em compensação as ações desenvolvidas por alguns professores (como a ameaça de uma prova muito difícil, por exemplo), denotam quanto os alunos ainda hoje se encontram reféns de práticas educacionais autoritárias. No entanto, temos conhecimento que esta concepção está em fase de mudanças, e que algumas escolas já começam muito timidamente a encarar a avaliação como um diagnóstico e não como uma ferramenta de classificação (GENTILE E ANDRADE, 2001, p.15).

5- COMO ENTENDER O ERRO?

Para Luckesi (2003), o erro numa avaliação ao invés de ser considerado uma manifestação de algo não aprendido, significa muito mais que isso, ou seja, significa que o aluno é o único culpado, por isso merece castigo. Castigo esse que pode variar desde uma simples bronca até a ridicularização diante dos colegas. Além disso, ainda existe a própria autopunição que faz com que o educando se sinta excluído da própria sociedade. Nesse sentido, o clima de culpa, medo e exclusão fazem a sala de aula parecer um campo de luta, ao invés de um lugar prazeroso, onde se busca o conhecimento para construir uma realidade.

O autor lembra, e eu concordo, que o erro só existe em uma situação pedagógica, porque há na sociedade um padrão considerado norma, que determina se uma dada reação é considerada certa ou errada. Por isso "sem padrão não há erro" (LUCKESI, 2003, p.54). O sujeito que comete um erro nessa situação, o fez em virtude de padrão social.

Entretanto, para Luckesi (2003), o erro e o acerto deveriam ser utilizados não para classificar o educando de fracassado ou vitorioso, mas sim, para se ver através deles a possibilidade de um crescimento sadio e feliz, pois estes deverão servir de base para a melhoria da prática do educador, que tem por obrigação oferecer aos seus educandos uma aula prazerosa e benéfica, contando para isso com sua criatividade e boa vontade.

Para Hoffmann (2003), a prática tradicional coloca um ponto final a cada tarefa que o aluno faz. Ao invés do certo/errado e da atribuição de pontos, o professor deveria fazer comentários sobre as tarefas dos alunos, auxiliando-os a localizar as dificuldades, oferecendo-lhes oportunidades de descobrirem melhores soluções, possibilitando assim, continuidade de sua própria ação educativa.

O erro oferece novas informações e formula novas perguntas sobre a dinâmica aprendizagem/ desenvolvimento, individual e coletiva. O erro, muitas vezes mais do que o

acerto, revela o que a criança “sabe”, colocando este saber numa perspectiva processual, indicando também aquilo que ela “ainda não sabe”, portanto o que pode a “vir a saber” (ESTEBAN,1992).

Para Esteban (1999), o erro passa a ser visto como momento do processo de construção de conhecimento que dá pistas sobre o modo como cada um está organizando seu pensamento, a forma como está articulando seus diversos saberes, as diversas lógicas que atravessam a dinâmica ensino/ aprendizagem, as muitas possibilidades de interpretação dos fatos, a existência de vários percursos, desvios e atalhos, as peculiaridades de cada um nos processos coletivos, a tensão individual/coletivo. Deixa de representar a ausência de conhecimentos, a deficiência, a impossibilidade, a falta.

6- A ESCOLA AVALIA OU VERIFICA SEUS ALUNOS?

Através das observações e questionários feitos nas escolas: Santa Exatinação e Santa Verificação, percebe-se que ainda hoje, as escolas não avaliam a aprendizagem do educando, mas verificam, ou seja, denominamos nossa prática de avaliação, mas, de fato, o que praticamos são exames. Historicamente, mudamos o nome, porém não modificamos a prática.

O termo verificar provém etimologicamente do latim – *verum facere* – e significa “fazer verdadeiro”. Contudo, o conceito verificação, segundo Luckesi (2003) emerge das determinações da conduta de, intencionalmente, buscar “ver se algo é isso mesmo...”, “investigar a verdade de alguma coisa...”. O processo de verificar configura-se pela observação, obtenção, análise e síntese dos dados ou informações que delimitam o objeto ou ato com o qual se está trabalhando. A verificação encerra-se no momento em que o objeto ou ato de investigação chega a ser configurado, sintaticamente, no pensamento abstrato, isto é, no momento em que se chega à conclusão que tal objeto ou ato possui determinada configuração. A verificação não implica que o sujeito retire dela conseqüências novas e significativas.

Já o termo avaliar, segundo Luckesi (2003) também tem a sua origem no latim, provindo da composição *a-valere*, que quer dizer “dar valor a ...”. Porém, o conceito “avaliação” é formulado a partir das determinações da conduta de “atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ou ato ou curso de ação...”, que, por si, implica um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado. Isso quer dizer que o ato de avaliar não se encerra na configuração do valor ou qualidade atribuídos ao objeto em questão, exigindo uma tomada de posição favorável ou desfavorável ao objeto de avaliação, com uma conseqüente decisão de ação.

O ato de avaliar implica coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto. O valor ou qualidade atribuídos ao objeto conduzem a uma tomada de posição a seu favor ou contra ele. E o posicionamento a favor ou contra o objeto, ato ou curso de ação, a partir do valor ou qualidade atribuídos, conduz a uma decisão nova: manter o objeto como está ou atuar sobre ele.

A avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer *ante* ou *com* ele. A verificação é uma ação que “congela” o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação.

Com isso, percebemos que a escola brasileira opera com a verificação e não com a avaliação da aprendizagem. Este fato fica patente ao observarmos que os resultados da aprendizagem usualmente têm tido a função de estabelecer uma classificação do educando, expressa em sua aprovação ou reprovação. O uso dos resultados tem se encerrado na obtenção e registro da configuração da aprendizagem do educando, nada decorrendo daí.

Outro fato que chamou minha atenção foi na Escola Santa Exatinação. Lá, a pontuação máxima são 25 (vinte e cinco) pontos, sendo 15 (quinze) pontos para a prova e 10 (dez) pontos para a participação (dever de casa feito, participação em sala de aula, comportamento).

Juquinha², aluno da segunda série, um excelente aluno nas provas, porém um aluno bagunçeiro, que não presta atenção nas aulas, pois brinca o tempo inteiro, já dá para imaginar a sua nota de participação, não passa de 3 (três). Então sua nota final sempre é baixa.

² O nome do aluno é fictício

A partir daí, percebemos que esses 10 (dez) pontos funcionam como um instrumento disciplinador, pois se os alunos se comportam bem, ganham um ponto. Porém, aquele que faz bagunça, que atrapalha a aula perde alguns pontos. Percebe-se que a competência é desconsiderada. O arbítrio da professora é total, ela decide sem critério prévio, sem relevância de dados, com isso (muitas vezes) aprovam incompetentes e reprovam competentes.

Como diz Luckesi (2003), a avaliação, aqui, ganha os foros do direito de premiar ou castigar dentro do ritual pedagógico.

Já na Escola Santa Verificação a prova é o instrumento de avaliação mais utilizado. E o erro na prova é visto de forma estanque, não há um trabalho em cima dos erros dos educandos.

A prova é um instrumento avaliativo muito importante no processo de investigação do desempenho do aluno. Porém na Escola Santa Verificação, o termo “prova” significa que o aluno deve “provar” ao professor que sabe o que foi ensinado, então percebe-se que os “pecados” das provas são cometidos quando a sua finalidade é julgar resultados finais, e não servir de indicadores para ação mediadora do educador.

Nesse sentido, o erro, na prática escolar, desenvolve e reforça no educando uma compreensão culposa da vida, ao invés de ser um suporte para o crescimento.

Analisando as respostas obtidas nos questionários e as observações feitas nas duas escolas, percebe-se que as professoras sabem a diferença entre avaliar e verificar, porém na prática só classificam, excluem seus alunos, colocando a culpa somente na instituição escolar e não também em sua prática.

Para que isso não ocorra é necessário uma auto-avaliação. O educador deve se auto-avaliar, revendo as metodologias utilizadas na sua prática pedagógica. E a auto-avaliação do aluno para avaliar o professor deve servir como subsídio para a sua própria auto-avaliação,

momento este que servirá para refletir sobre a relação e interação entre educando e educador.

“ Não há educador tão sábio que nada possa aprender, nem educando tão ignorante que nada possa ensinar.” (Becker, 1997:147)

CONCLUSÃO

A avaliação é a parte mais importante de todo o processo de ensino-aprendizagem. Bevenutti (2002) diz que avaliar é mediar o processo ensino/aprendizagem, é oferecer recuperação imediata, é promover cada ser humano, é vibrar junto a cada aluno em seus lentos ou rápidos progressos.

Enquanto a avaliação permanecer presa a uma pedagogia ultrapassada, a mesma autora diz que a evasão permanecerá, e o educando, o cidadão, o povo continuará escravo de uma minoria, que se considera a elite intelectual, voltada para os valores da matéria ditadora, fruto de uma democracia mascarada e opressora.

Acredito que o grande desafio para construir novos caminhos, segundo Ramos (2001), é uma avaliação com critérios de entendimento reflexivo, conectado, compartilhado e autonomizador no processo ensino/aprendizagem. Desta forma, estaremos formando cidadãos conscientes, críticos, criativos, solidários e autônomos.

Os novos paradigmas em educação devem contemplar o qualitativo, descobrindo a essência e a totalidade do processo educativo, pois esta sociedade reserva às instituições escolares o poder de conferir notas e certificados que supostamente atestam o conhecimento ou capacidade do indivíduo, o que torna imensa a responsabilidade de quem avalia.

Pensando a avaliação como aprovação ou reprovação, a nota torna-se um fim em si mesma, ficando distanciada e sem relação com as situações de aprendizagem.

Mudar a nossa concepção se faz urgente e necessário. Basta romper com padrões estabelecidos pela própria história de uma sociedade elitista e desigual. Neste sentido, Perrenoud (1993) afirma que mudar a avaliação significa provavelmente mudar a escola. Automaticamente, mudar a prática da avaliação nos leva a alterar práticas habituais, criando

inseguranças e angústias e este é um obstáculo que não pode ser negado pois envolverá toda a comunidade escolar.

Se as nossas metas são educação e transformação, não nos resta outra alternativa senão juntos pensar uma nova forma de avaliação. Romper paradigmas, mudar nossa concepção, mudar a prática, é construir uma nova escola.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. G. **Violência na escola, violências da escola** (Nova Escola: a revista do professor). São Paulo: Ed. Abril, ano XVII, nº 152, maio/2002, pág. 22.
- BECKER, Fernando. Da ação à operação: o caminho da aprendizagem em J. Piaget e P. Freire. 2ª ed., Rio de Janeiro: DP & A Editora e Palmarinca, 1997.
- BENVENUTTI, D. B. **Avaliação, sua história e seus paradigmas educativos**. Pedagogia: a Revista do Curso. Brasileira de Contabilidade. São Miguel do Oeste – SC: ano 1, n.01, p.47-51, jan.2002.
- BLOOM, B. S., HASTINGS, J. T., MADAUS, G. F. Evaluación del aprendizaje. Buenos Aires: Troquel, 1975.
- BORBA, A. M. de & FERRI, C. **Avaliação: contexto e perspectivas**. Revista de Divulgação Científica da Universidade do Vale do Itajaí – Alcance. Itajaí – SC: ano IV, n.02, p.47-55, jul/dez/1997.
- ESTEBAN, M. T. Avaliação : uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro – RJ: Ed. DP & A, 1999.
- GENTILE, Paola e ANDRADE, Cristiana. **Avaliação Nota 10** (Nova Escola: a revista do professor). São Paulo: Ed. Abril, ano XVI, nº 147, nov / 2001, pág. 14-21.
- GOLDBERG, M. A. A. SOUZA, C. P. de. Avaliação de Programas Educacionais: vicissitudes, controvérsias e desafios. São Paulo: EPU, 1982
- HAYDT, R. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo: Ática, 1995.
- HOFFMANN, J. Avaliação mediadora : uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 1993. 20ª Edição revista, 2003.
- _____. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- FERNANDES, C. O., FRANCO, C. e BONAMINO, A. Avaliação na Escola e Avaliação da Educação: possibilidades e desafios. In: CANDAU, V. Reinventar a Escola. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.
- LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem escolar. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MIRAS, M. SOLÉ, I. A evolução da aprendizagem e a evolução do processo de ensino e aprendizagem in Coll, C., PALACIOS, J., MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- NÉRICI, I. G. Metodologia do ensino: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1977.
- PERRENOUD, P. Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: NÓVOA, A. Avaliação em educação: novas perspectivas. Porto, Portugal: Porto Editora, 1993.
- PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- RAMOS, P. Os pilares para educação e avaliação. Blumenau – SC: Acadêmica, 2001.
- SILVA, F. S., HOFFMANN, J., ESTEBAN, M. T. Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

ANEXO 1

Roteiro de observação

Aluno observador:

Escola:

Bairro:

Séries atendidas:

Natureza: () pública () particular

Série ou ciclo observado:

Professor:

Formação do professor:

Aspectos físicos da escola:

Aspectos físicos da sala de aula:

Quanto ao sistema avaliativo:

a) O professor () avalia () examina

b) Quais os procedimentos que ele utiliza?

Anexo 2

Roteiro de entrevista

- 1- Como você define a diferença entre “verificar” e “avaliar”?
- 2- Dê alguns exemplos que diferenciam o verificar do avaliar?
- 3- Na sua opinião, você e a sua escola verificam ou avaliam? Por quê?
- 4- Você acha importante a preocupação constante que as pessoas envolvidas na área de educação têm com esse tema? Justifique.
- 5- Nossos professores e instituições escolares estão realmente empenhados em encontrar novas formas de avaliação, ou estão apenas melhorando os critérios de verificação? Justifique.
- 6- É possível melhorar nossos instrumentos de avaliação sem fazer mudanças profundas no projeto político pedagógico de uma escola? Por quê?

Anexo 3

Entrevista com a professora Vera³do Colégio Santa Examação.

1-O conceito de “avaliar” é mais abrangente do que o de “examinar”. Muitos professores podem achar esses dois procedimentos semelhantes ou até mesmo iguais. Através do exame se pode classificar, selecionar e até excluir. O objetivo da avaliação não é o mesmo. A avaliação faz parte de um processo político pedagógico, de transformações de postura docente e do comprometimento dos alunos.

2-Alguns exemplos de exame são os concursos públicos, os vestibulares, etc. Os exames desse porte têm como objetivo classificar e selecionar os candidatos que estão aptos, pela maioria das vezes, cognitivamente.

A avaliação é um processo contínuo e eficaz e se faz a partir do convívio, das experiências num repensar constante da prática educativa.

3-A nossa escola infelizmente ainda verifica. Sou cobrada todo bimestre as notas das provas e dos testes, sem que eu possa tentar melhorá-las, pois tenho que seguir um programa estabelecido pela escola, não podendo ter atraso entre as turmas.

³ Nome da professora é fictício

4-Há a preocupação, porque não existe a “ receita pronta ”. Os educadores estão sempre pensando e repensando a avaliação, pois esta é a grande causadora, geralmente, do fracasso, da evasão escolar. Porém tem que haver uma sintonia entre professores e a instituição escolar.

5-Certamente as escolas estão apenas melhorando os critérios de verificação, pois as escolas estão preocupadas com a quantidade de alunos e não com a qualidade do ensino, e não dão a oportunidade de nós, professores, de avaliar corretamente nossos alunos, só nos cobram no fim de cada bimestre as notas e no final do ano os alunos que foram reprovados ou aprovados.

6-Não. Como citei anteriormente a avaliação envolve um repensar da prática que está inteiramente ligada ao projeto pedagógico.



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A) : Karla Gabriel Pereira

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : A escola avalia ou verifica
seus alunos ?

ORIENTADOR : Claudia Fernandes

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador :

Professor convidado: Maria Elena Souza

Nota : 9,0

Considerações:

A pesar da aluna não ter explorado mais os questionários respondidos pelos professores, ou seja, ela poderia ter analisado os questionários.

rios com mais cuidado e tecido relações com a teoria, a monografia foi redigida de forma clara, há um encadeamento lógico das idéias apresentadas, o problema está bem definido e havendo coerência entre o todo do trabalho com o problema em estudo.

Com certeza, o estudo representou acréscimo de conhecimentos para a autora e esse fato é de grande importância.

Segundo avaliador :

Professor orientador : Cláudia Fernandes

Nota: 8,0

Considerações:

O trabalho tem um desenvolvimento coerente e foi realizada uma boa revisão bibliográfica.

No entanto, como o trabalho se propôs a realizar pesquisa de campo, os dados foram pouco explorados, ficando esse lacuna.

Para uma monografia, o trabalho

QUADRO RESUMO - ORIENTAÇÕES

Mês Março

Dia	22			
Observações	entrega dos materiais			
Professor	Claudia <i>CF</i>			
Aluno	Karla			

Mês Abril

Dia	20			
Observações	devolução dos materiais com as orientações			
Professor	Claudia <i>CF</i>			
Aluno	Karla			

Mês Junho

Dia	7	14		
Observações	troca de e-mail	troca de e-mail		
Professor	Claudia <i>CF</i>	Claudia <i>CF</i>		
Aluno	Karla	Karla		

Mês Maio

Dia	10	24		
Observações	troca de e-mail	troca de e-mail		
Professor	Claudia <i>CF</i>	Claudia <i>CF</i>		
Aluno	Karla	Karla		